

## Higienismo, Sanitarismo e Ecologismo: Uma perspectiva histórica da origem e evolução da saúde social

*Hygiene, Sanitation and Ecologism: A historical perspective on the origin and evolution of social health.*

Francisco Samuel Gomes de Araújo<sup>1</sup>  
Deyfson Mota Araújo<sup>2</sup>  
Paula Giselle Ferreira Pascoal<sup>3</sup>

### RESUMO

As teorias Higienista, Sanitarista e Ecologista, desenvolvidas ao longo dos séculos, buscam entender a relação entre saúde e meio ambiente. Este estudo consiste em uma revisão bibliográfica e pretende apurar a evolução das mesmas no Brasil e no mundo, analisando seus fundamentos, impactos e desafios ao longo da história. Dessa forma, este artigo objetiva demonstrar como as interseções entre estas teorias se complementam na busca pela promoção da saúde integral e sustentável, analisando criticamente as suas contribuições para a compreensão da relação entre saúde e meio ambiente nas cidades brasileiras e mundiais. A coleta de dados consistiu em pesquisa bibliográfica, utilizando o estudo levantado no referencial teórico para entender o desenvolvimento histórico e as contribuições das teorias Higienista, Sanitarista e Ecologista. Em síntese, após a análise do estudo abrangente e das sugestões apresentadas, ficou evidente que a promoção da saúde pública requer uma abordagem integrada e multidimensional. É fundamental destacar que a interconexão entre o ambiente físico, social e natural é essencial para a compreensão do tema. Os resultados de análise apontam que a sinergia entre as teorias analisadas pode contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas mais eficazes, garantindo a saúde e o bem-estar das populações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meio Ambiente; Bem-estar social; Saúde pública.

### ABSTRACT

The Hygienist, Sanitarian, and Ecologist theories, developed over the centuries, seek to understand the relationship between health and the environment. This study consists of a bibliographic review and aims to examine the evolution of these theories in Brazil and worldwide, analyzing their foundations, impacts, and challenges throughout history. Thus, this article seeks to demonstrate how the intersections among these theories complement one another in the pursuit of comprehensive and sustainable health, critically analyzing their contributions to understanding the relationship between health and the environment in Brazilian and global cities. Data collection was based on a bibliographic review, using the studies presented in the theoretical framework to understand the historical development and contributions of the Hygienist, Sanitarian, and Ecologist theories. In summary, after the analysis of the comprehensive literature and the suggestions presented, it became evident that the promotion of public health requires an integrated and multidimensional approach. It is essential to emphasize that the interconnection between the physical, social, and natural environments is fundamental to understanding this topic. The results indicate that the synergy among the analyzed theories can contribute to the development of more effective policies and practices, ensuring the health and well-being of populations.

**KEYWORDS:** Environment; Social well-being; Public health.

<sup>1</sup>Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará; [samuelaraujo1983@gmail.com](mailto:samuelaraujo1983@gmail.com);

<sup>2</sup>Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará; [ceariba\\_deyfson@hotmail.com](mailto:ceariba_deyfson@hotmail.com);

<sup>3</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará; [paula.gf.pascoal@hotmail.com](mailto:paula.gf.pascoal@hotmail.com).

## 1 INTRODUÇÃO

A falta de gestão ambiental adequada pode ter graves consequências para a saúde pública, como a proliferação de doenças e a deterioração da qualidade de vida. As teorias Higienista, Sanitarista e o Ecologismo, que surgiram ao longo dos séculos, buscam compreender a relação entre saúde e meio ambiente. No entanto, é importante destacar que a implementação dessas teorias ainda enfrenta desafios, como a falta de investimento em infraestrutura e a carência de políticas públicas eficazes.

De forma geral, no contexto das cidades brasileiras nas últimas décadas, essas teorias compartilham a preocupação com a promoção da saúde e prevenção de doenças, mas divergem na forma como abordam esses objetivos. A evolução dessas teorias reflete a mudança na compreensão das causas das doenças e a ampliação das responsabilidades para além do indivíduo, abrangendo também o coletivo e o meio ambiente, como visto nos últimos anos nas políticas públicas de saúde do Brasil. Nesse sentido, questiona-se: como as interseções e diálogos entre as teorias Higienista, Sanitarista e o Ecologismo se complementam e se enriquecem mutuamente na busca pela promoção da saúde e do bem-estar social?

Neste contexto, é fundamental compreender as diferentes abordagens que influenciam a promoção da saúde e do bem-estar social. A teoria Higienista enfatiza a higiene e a prevenção de doenças, enquanto a teoria Sanitarista se concentra na promoção da saúde pública, considerando as condicionantes sociais, políticas e econômicas. Já a teoria do Ecologismo busca entender a relação entre o ser humano e o meio ambiente, considerando a saúde humana como parte de um sistema mais amplo.

Diante disso, surge a necessidade de avaliar como essas teorias se relacionam e se complementam na promoção da saúde e do bem-estar social. Portanto, o objetivo geral deste estudo é investigar como as interseções e diálogos entre as teorias Higienista, Sanitarista e o Ecologismo se complementam e se enriquecem mutuamente na busca pela promoção da saúde integral e sustentável. A compreensão destas teorias é essencial para a promoção da saúde em grandes centros urbanos, onde a falta de infraestrutura e a poluição ambiental afetam a qualidade de vida da população.

Este estudo consiste em uma revisão bibliográfica acerca da temática de saúde social envolvendo os conceitos de Higienismo, Sanitarismo e Ecologismo. A fim de compreender a

perspectiva histórica e de desenvolvimento desses conceitos, bem como suas contribuições para a sociedade. Assim, foram selecionadas obras literárias, a exemplos de livros e artigos que abordam essas temáticas. As informações coletadas foram então analisadas e sintetizadas para identificar as interseções e diálogos entre as mesmas.

Os insights fornecidos por este estudo contribuem para entender como surgiram e se desenvolveram essas teorias. Assim, podemos destacar que a teoria Higienista, originada no século XIX, surgiu em um período onde a urbanização acelerada e as condições insalubres das cidades contribuem para a disseminação de epidemias. Os higienistas acreditavam que a limpeza pessoal, o saneamento básico e a educação em saúde eram fundamentais para melhorar a saúde pública.

Já a teoria Sanitarista, expandiu a visão dos higienistas ao incluir a importância das intervenções governamentais e estruturais na promoção da saúde pública. Enquanto isso, o Ecologismo surgiu como um movimento mais recente, no século XX, com uma abordagem abrangente que interliga a saúde humana à saúde do planeta. Enfatizava a necessidade de políticas públicas de saneamento, como a construção de redes de esgoto, tratamento de água e controle de resíduos, como forma de reduzir a incidência de doenças infecciosas e melhorar a qualidade de vida da população. Diferente das teorias anteriores que focam predominantemente no controle de doenças, o Ecologismo ressalta a interdependência entre os seres vivos e seu ambiente, defendendo práticas sustentáveis e a preservação dos recursos naturais para garantir a saúde e bem-estar das futuras gerações.

Para compreender a perspectiva histórica e o desenvolvimento dessas teorias, no primeiro tópico, foi apresentada a introdução ao tema. No segundo, serão abordados os conceitos fundamentais da Teoria Higienista, sua origem e desenvolvimento. O terceiro, oferece uma discussão sobre a Teoria Sanitarista, sua contribuição para a promoção da saúde pública. No quarto, será abordado o Ecologismo, sua abordagem abrangente que interliga a saúde humana à saúde do planeta e sua contribuição para a promoção da saúde integral e sustentável. Por fim, o quinto tópico apresenta as principais conclusões do estudo apresentado.

O diálogo entre os movimentos Higienista, Sanitarista e o Ecologismo demonstra que a promoção da saúde pública requer uma abordagem integrada e multidimensional. Ao reconhecer as interconexões entre os ambientes físico, social e natural, pode-se desenvolver políticas e práticas mais eficazes para garantir a saúde e o bem-estar das populações. A cooperação entre esses movimentos não só enriquece o campo da saúde pública, mas também

oferece um modelo para enfrentar os desafios contemporâneos de maneira holística e sustentável.

## 2 METODOLOGIA

De acordo com Chizzotti (2018), pesquisar consiste em realizar uma série de investigações e reflexões acerca dos problemas enfrentados pelo ser humano. Dessa forma, a pesquisa busca compreender o mundo em que o indivíduo vive. Além disso, os procedimentos científicos são fundamentados em métodos que permitem a síntese de respostas, objetivando a intervenção na realidade e sua construção em conformidade com a existência humana.

O presente estudo, devido ao uso de uma revisão de literatura com base em fichamentos e resumos de livros e artigos, foi utilizado a abordagem qualitativa para o tratamento dos dados devido à interpretação feita das fontes bibliográficas acerca da temática trabalhada. No entanto, a base do artigo é através de literatura sem dados primários para elucidar o problema. Assim, adotamos a lógica Hipotético-Dedutivo para analisar e discutir o que já foi estudado sobre os principais conceitos de Higienismo, Sanitarismo e Ecologismo, destacando, todavia, o contexto da saúde social e as contribuições para a sustentabilidade ambiental.

Devido à inquietação com o desenvolvimento e análise da temática, utilizou-se a natureza da pesquisa básica. Este estudo se concentra em uma observação classificada como pesquisa exploratória. Visto que chama a atenção para a utilização de fontes bibliográficas e descritivas para ser possível descrever todo o processo.

Outro aspecto importante a ser considerado é a utilização de resumos analíticos por meio de fichamentos de livros e artigos relevantes sobre Higienismo, Sanitarismo e Ecologismo. Diante disso, vale considerar como intuito de compreender a perspectiva histórica e de desenvolvimento da temática, bem como, suas contribuições para a sociedade e para o meio ambiente. As informações obtidas fundamentam a revisão de literatura do referido trabalho.

Para a realização deste estudo, foram selecionados livros e artigos científicos publicados em periódicos indexados, na rede mundial de computadores. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um roteiro de análise de conteúdo temático. O roteiro foi elaborado com base nos objetivos do estudo, que visavam investigar as concepções dos autores sobre Higienismo, Sanitarismo e Ecologismo.

Portanto, a presente pesquisa teve como objetivo compreender a perspectiva historiográfica do higienismo, sanitarismo e ecologismo. É importante ressaltar que, após a análise dos referenciais bibliográficos, foi possível observar a relevância da temática para a sociedade, uma vez que a formação do sujeito está diretamente interligada à questão ambiental e à sustentabilidade. Esses achados contribuem para o entendimento da complexa relação do sujeito ecológico, cujos comportamentos são direcionados ambientalmente para uma melhor qualidade de vida e existência.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 Higienismo e sociedade

Desde a primeira revolução industrial no continente europeu, com o pioneirismo inglês, as cidades concentram e atraem uma vastidão de pessoas que chegam e permanecem nos centros urbanos por uma infinidade de motivos. Todavia, em geral, é a busca pela sobrevivência e por melhores condições de existência que eleva o processo de aglomeração de pessoas nas cidades em contraposição ao permanente esvaziamento dos espaços rurais.

No Brasil, segundo dados do Censo Demográfico de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 87% da população brasileira vive em áreas urbanas (IBGE, 2024). Não significa que todas as cidades do país têm elevadas taxas de concentração populacional, no entanto, revela o quanto grandes centros urbanos estão sempre a seduzir mais habitantes.

Simultaneamente às diversas possibilidades de socialização, diversão, formação, profissionalização e interação propiciadas pelas cidades, a junção de uma quantidade significativa de pessoas desencadeia uma série de problemas e questões sociais, ambientais, políticas e econômicas. Dentre estas, as problemáticas sanitárias e higiênicas apresentam-se, com maior ênfase, desde o desenvolvimento da industrialização no século XVIII, de forma muito expressiva no âmbito das relações de saúde pública, envolvendo tanto os ambientes particulares (privados) como os espaços públicos de uso coletivo (COSTA, 2014).

O contexto histórico de desenvolvimento e ascensão da industrialização na Inglaterra é marcado pelo processo de acumulação primitiva baseada na apropriação privada de terras de uso comum dos camponeses, ou seja, a espoliação dos bens essenciais à vida (terra, água, floresta, etc.) (HARVEY, 2012). Este recurso ficou conhecido como “*enclosure*”

(cercamentos), impedindo a livre circulação e utilização pelos camponeses das terras e dos bens nelas situados (HARVEY, 2012).

Os cercamentos aprofundaram a migração campo-cidade, contribuindo para o aumento das populações citadinas assim como para a elevação e a proliferação de uma variedade de enfermidades provocadas tanto por ambientes insalubres quanto pelo contágio entre as pessoas. As más condições de infraestrutura higiênico-sanitárias (habitações inadequadas, a não efetivação de saneamento básico, o trabalho degradante nas fábricas, etc.), caracterizando ambientes insalubres, levam ao resgate das teorias hipocráticas retomando uma medicina geográfica embasada em estudos topográficos visando analisar as condições físico-geográficas (climatologia, pedologia, hidrologia, etc.) que podem influenciar a difusão de patologias (FOUCAULT, 1979).

Assim, com os estudos de uma Geografia da saúde alicerçados nas observações de Hipócrates (Grécia Antiga) tem-se o advento do neo-hipocratismo com uma medicina que pauta a medicalização da cidade tratando-a como um organismo enfermo (FOUCAULT, 1979). A cidade é vista como um espaço doentio que necessita de intervenção para a contenção e/ou minimização da propagação de doenças.

Para Foucault (1979) trata-se de uma medicina das coisas relacionada às condições de vida e dos meios de existência, surgindo, dessa forma, uma medicina social em decorrência do avanço da industrialização com foco na higiene pública e no controle político-científico do meio natural que caracteriza o Higienismo. As cidades deveriam, então, passar por reformas, remodelações, transformações e disciplinamentos para propiciar ambientes mais salubres para seus habitantes.

Infraestruturas de serviços como cemitérios, matadouros, campos de concentração para enfermos e demais ambientes considerados insalubres e potenciais propagadores de doenças deveriam ser afastados dos centros urbanos. O disciplinamento, intervenções e planejamentos urbanos desde o século XIX têm como referência as ideologias higienistas (COSTA, 2014). Nesse sentido, as reformas higienistas-sanitárias colocadas em prática nas cidades, tendo o caso de Paris de meados do século XIX como referência e emblemático tanto para o continente europeu quanto para as Américas, África e Ásia (ESCOBAR, 2000), são utilizadas ideologicamente para expulsar as populações pauperizadas, “incômodas”, das áreas urbanas centrais.

Higienizar diz respeito a disciplinar, controlar, intervir, assear, (BECHARA, 2011). As políticas higienistas desenvolveram-se reproduzindo práticas que vão além de

interferências voltadas para a promoção da saúde pública e coletiva dos habitantes e espaços das cidades. O que se verifica nos processos históricos de políticas higienistas efetivadas em cidades com contextos distintos como, por exemplo, Paris, Rio de Janeiro e Fortaleza é a presença marcante da criminalização da pobreza por meio da expulsão dos centros urbanos reformados do que não se deseja ver e conviver.

Para Escobar (2000), as políticas higienistas que se difundiram a partir da Europa para outras localidades do globo estão atreladas à expansão colonial-cristã-desenvolvimentista “civilizatória” que tem por finalidade manter a subjugação dos povos considerados inferiores por meio de planejamentos que contribuam com o processo de extração dos bens naturais e com a passividade dos povos saqueados. Os planejamentos das cidades na perspectiva desenvolvimentista seriam, assim, métodos de negação de outras formas de ser e estar no mundo distintas da proposta ocidental iluminista racional.

O higienismo compõe, dessa maneira, a expansão da colonização e da colonialidade através do discurso do progresso e de programas civilizatórios que encobrem uma diversidade de formas outras de organização da vida. Nesta concepção, uma variedade de mundos de vida (LEFF, 2009) são vistos apenas como atrasados, paupérrimos, primitivos e até mesmo animais (ESCOBAR, 2000), não se compreendendo o caráter fundamental das diferenças para a construção de relações sociais equânimes e demonizando outros modos de vida.

As cidades foram tornadas, assim, tanto pelos europeus quanto pela reprodução deste modelo pelas burguesias latino-americanas, asiáticas e africanas, espaços descolados das características culturais, sociais, ambientais, políticas e econômicas das populações disciplinadas pelos planejamentos ala Haussmann. Todavia, a permanência de espaços insalubres, sem saneamento básico e disponibilidade de água, com habitações inadequadas, persegue as populações pauperizadas e vulnerabilizadas. Ou seja, as condições de vida para uma existência com dignidade, dentro da democracia burguesa, são negadas para a maior parcela da população mundial, não interessando à sociabilidade capitalista superar estas condições, mas, sim, afastá-las da paisagem de uma “cidade planejada”.

O higienismo, mesmo que “com todas as suas boas intenções” ratifica a segregação socioespacial expulsando as massas empobrecidas das áreas centrais das cidades para as periferias que acumulam problemas de saúde pública de diversas dimensões. Segundo o IBGE, a rede de esgoto, no Brasil, abarca 62,5% da população com a persistência de desigualdades regionais, por cor e raça (IBGE, 2024).

A perspectiva higienista sanitária de pensar a saúde e as enfermidades promovem

diálogos permanentes com as dinâmicas dos ambientes, há uma atenção importantíssima dada aos ciclos ecológicos que, ao sofrerem interferências, podem, em desequilíbrio, desencadear doenças diversas. Desta forma, a tríade higienismo-sanitarismo-ecologismo revela a importância dos ambientes e dos ciclos ecológicos para os estudos relacionados à saúde pública.

### 3.2 Sanitarismo

Pode-se conceituar Sanitarismo como sendo práticas públicas de cuidado com a saúde (MIRANDA, 2013). Então, é preciso assumir que tem por finalidade vigiar, controlar e estudar aspectos relativos à higiene social e a vida física da população, promovendo condições de melhoria. Certamente, se trata de uma teoria que surgiu no contexto da Revolução Industrial, desencadeada pelo crescimento urbano desordenado nos grandes centros urbanos, causando surtos de doenças infecciosas.

Pioneiros como John Snow e Edwin Chadwick perceberam que a melhoria das condições sanitárias, como abastecimento de água limpa e sistemas de esgoto eficientes, era crucial para a prevenção de doenças. Como bem nos assegura (ALVES, 2017), pode-se dizer que o movimento sanitaria, advém do paradigma microbiano nas ciências básicas de saúde e, praticamente, redefine as diretrizes da teoria e prática no campo da saúde social no mundo ocidental.

É preciso, porém, ir mais além, na Europa, especialmente na Inglaterra, defensores da saúde pública, como Edwin Chadwick, afirmaram que a saúde era essencial para o desenvolvimento econômico e social. Por todas essas razões, ainda argumentaram que a melhoria das condições sanitárias, como o fornecimento de água potável e a coleta de lixo, era crucial para prevenir doenças. Conforme explicado acima, vê-se, pois, que a Teoria Sanitaria, baseia-se em três fundamentos principais: higiene e saneamento, prevenção de doenças e educação sanitária.

Conforme verificado por (PAIVA, 2006), é fundamental perceber que, nesse contexto, saúde e educação tinham conotações relativamente distintas da que adotamos hoje. Trata-se inegavelmente de um crescente desenvolvimento, em especial na área educacional, com grande destaque na separação das áreas de saber. Assim, reveste-se de particular importância para o autor, a crescente relevância da saúde e educação, em especial na segunda metade do século XX. Sob essa ótica, o autor deixa claro, a particular relevância na história as

contribuições dos sanitaristas e educadores.

Pode-se dizer que a teoria Sanitarista evoluiu e se ressignificou às novas realidades e desafios da saúde pública. Neste contexto, fica claro que as políticas sanitaristas resultaram em melhorias significativas para a população residente em áreas urbanas e na redução da mortalidade por doenças infecciosas. Não é exagero afirmar que no contexto sanitarista e educacional, pode-se observar que cada um passou a fechar-se dentro da sua própria linha de raciocínio.

Ora, em tese, a abordagem sanitarista foi integrada a outras disciplinas e práticas de saúde pública. Assim, defende Paiva (2006), muitos dos problemas humanos, incluídos aí os sanitários e os ambientais, não poderiam ser compreendidos em sua plenitude, sem a necessária visão do todo. É importante considerar que o surgimento da epidemiologia moderna e o avanço das ciências médicas, desenvolveram o conhecimento teórico sanitarista. Julgamos pertinente trazer à baila, por exemplo, que o movimento sanitarista proporcionou uma compreensão mais ampla das interações entre saúde e ambiente.

De acordo com Paiva (2006, p. 803):

A força desses discursos e práticas tem muito a ver com a forma pela qual a realidade humana foi pensada. Em termos históricos, o curto período de pouco mais de oitenta ou setenta anos que nos separa dos sanitaristas e educadores das décadas de 1920 e 1930 demarca novo lugar da saúde e da educação em nossa sociedade. (PAIVA, 2006, p. 803).

O autor deixa claro, que o desenvolvimento de políticas públicas na saúde são fundamentais para o controle e combate às doenças específicas. Neste contexto histórico, fica claro que a educação teve um papel importante na estruturação de modernos princípios da administração pública. Não é exagero afirmar que impactos e realizações foram testemunhados, acarretando um profundo impacto na saúde pública global, como por exemplo: redução de epidemias, aumento da expectativa de vida e desenvolvimento de Políticas de Saúde Pública.

A teoria Sanitarista, apesar de seus avanços significativos, se encontra diante de desafios contemporâneos relacionados à complexidade da saúde pública. Deste modo, demonstra-se a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e inovadora nas políticas públicas de saúde, apontando para a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento como elemento crucial para construir sociedades mais justas e saudáveis. Assim, será explorado as principais estratégias e ações inovadoras que podem ser implementadas a partir da perspectiva

da Teoria Sanitarista para enfrentar os desafios atuais da saúde pública no Brasil.

Deste modo, analisando resumidamente a evolução do movimento sanitarista no Brasil, desde suas origens no início do século XX até os dias atuais, constatou-se a importância do tema para compreensão da forma como o sanitarismo influenciou a saúde pública no país, e como essas lições podem ser aplicadas para melhorar a saúde da população brasileira. Conforme defende Fleury (2009) "a reforma sanitária no Brasil é conhecida como o projeto e a trajetória de constituição e reformulação de um campo de saber, uma estratégia política e um processo de transformação institucional".

De acordo com Paiva e Teixeira (2014, p.17) os autores defendem:

No que tange propriamente ao sistema público de saúde, o país vivia sob a duplicidade de um sistema cindido entre a medicina previdenciária e a saúde pública. O primeiro setor tinha ações dirigidas à saúde individual dos trabalhadores formais e voltava-se prioritariamente para as zonas urbanas, estando a cargo dos institutos de pensão. A saúde pública, sob o comando do Ministério da Saúde (MS), era direcionada principalmente às zonas rurais e aos setores mais pobres da população, e tinha como alvo, majoritariamente, atividades de caráter preventivo. (PAIVA; TEIXEIRA, 2014, p. 17).

Como observado acima, é preciso, porém, ir mais além, pois a divisão entre a medicina previdenciária e a saúde pública criou uma desigualdade no acesso à saúde, beneficiando os trabalhadores formais urbanos em detrimento da população mais pobre e rural no Brasil. É exatamente o caso onde a teoria Sanitarista no Brasil ganhou destaque no início do século XX, em um período de transição de um país predominantemente agrário para um país em processo de urbanização e industrialização.

Convém destacar que, com o surgimento das condições sanitárias precárias nas cidades emergentes levaram a surtos de doenças infecciosas, como febre amarela, varíola e malária. Por todas essas razões, é notório que isso resultou na demanda por mudanças no sistema de saúde no país, contribuindo para o surgimento do movimento sanitário no Brasil.

Conforme García e Gergardt (2020, p. 57) as autoras afirmam que

Como principal campo de actuación de las/los sanitaristas, nos habla de una historia paralela com la propia construcción del campo de la salud colectiva, en cuanto fueron varios los sanitaristas sus pensadores y también los agentes que promovieron la salud como derecho em la constitución de 1978, sobra decir, articulados y en conjunto con los movimientos sociales y con la sociedad como un todo. (GARCÍA; GERGARDT, 2020, p. 57).

Conforme citado acima, a articulação entre movimentos sociais e a sociedade brasileira foi fundamental para a consolidação da saúde como um direito constitucional. Diante da demanda por mudanças no sistema de saúde no país, motivada pelas condições

sanitárias precárias nas cidades emergentes, o movimento sanitário no Brasil encontrou uma liderança importante em Oswaldo Cruz. Seu trabalho foi fundamental para implementar medidas de saneamento básico e controle de vetores, reduzindo a incidência de doenças.

No entanto, é importante notar que as campanhas de vacinação e desinfecção de Oswaldo Cruz também foram criticadas por alguns autores, que argumentam que essas medidas não atacaram as raízes mais profundas dos problemas de saúde pública. Nesse sentido, é possível questionar se suas abordagens foram suficientes para promover uma mudança mais profunda na saúde pública brasileira.

Além disso, é importante considerar as perspectivas de autores como García e Gergardt (2020), que argumentam que a construção do campo de *la salud colectiva* foi uma história paralela à construção da saúde como direito na Constituição de 1978. Entretanto, essa abordagem pode ser questionada, pois ignora a complexidade dos fatores que contribuem para a saúde pública.

Ao longo das décadas seguintes, a teoria Sanitarista continuou a evoluir no Brasil, adaptando-se às novas realidades sociais e econômicas. As principais fases de desenvolvimento incluem: o Período de Expansão (1920-1960), a Era dos Grandes Projetos (1960-1980) e a Redemocratização e Reforma Sanitária (1980-2000).

A aplicação da teoria Sanitarista no Brasil resultou em avanços significativos na saúde pública, no controle de doenças, no aumento da expectativa de vida da população e no desenvolvimento institucional, com a criação do Instituto Oswaldo Cruz e da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), por exemplo.

Apesar dos avanços, a saúde pública brasileira ainda enfrenta desafios significativos, que persistem até os dias atuais, como as desigualdades regionais que dificultam o acesso aos serviços de saúde e à infraestrutura sanitária. Do mesmo modo, o crescimento desordenado das áreas urbanas cria desafios para a implementação de sistemas de saneamento e controle de vetores. As mudanças climáticas trazem novos desafios para a saúde pública e, por fim, as crises sanitárias, a exemplo da pandemia de COVID-19, destacaram a importância de um sistema de saúde pública robusto e resiliente.

A teoria Sanitarista teve um impacto profundo na transformação da saúde pública no Brasil, desde suas origens no início do século XX até os dias atuais. Os princípios sanitaristas de higiene, prevenção e educação continuam a orientar as políticas de saúde, enfrentando desafios contemporâneos e promovendo a equidade no acesso aos serviços de saúde. O fortalecimento das políticas sanitaristas e a colaboração intersetorial são essenciais para

garantir um futuro saudável e sustentável para a população brasileira. Além disso, a integração da teoria Sanitarista com outras abordagens, como o Ecologismo, pode proporcionar uma visão mais holística da saúde pública.

### 3.3 Ecologismo

#### 3.3.1. *Ecologia ≠ Ecologismo*

Diante deste contexto, torna-se imprescindível deixar claro e diferenciar os conceitos de ecologia e ecologismo. Desta forma, Tilio Neto (2010) aborda uma breve revisão bibliográfica acerca dos conceitos citados acima. O referido autor (*op. cit.*) compreende os termos ecologismo e ambientalismo como equivalentes, sendo utilizados para designar os fenômenos sociais que prezam o meio ambiente. Sob este viés, Tilio Neto (2010) traz a perspectiva conceitual dos seguintes autores citados a seguir.

Para Pascal Acot (1990), a ecologia é a ciência das relações entre os seres vivos e seu meio ambiente, enquanto o ecologismo é uma expressão social da preocupação com a natureza. Já Jean-Pierre Dupuy (1980) aponta que o movimento ecológico científico tem como foco tecer um discurso racional sobre o habitar, entretanto, este movimento ecológico também atua como expressão política e social, crítica do modo de produção industrial e de suas técnicas. Para Joan Martinez Alier (2007), o ecologismo surge como uma reação social ao crescimento econômico, por fim, Philippe Le Preste (2000) entende a ecologia enquanto disciplina científica e o ecologismo enquanto doutrina ou participação política.

#### 3.3.2. *O conceito de Ecologia*

A palavra “ecologia” (em alemão “*Oekologie*”) foi empregada pela primeira vez em 1866, pelo zoólogo e biólogo alemão Ernst Haeckel, discípulo de Charles Darwin, em seu livro “Morfologia geral dos organismos”. Entretanto, o uso normativo desta palavra só ocorreu em 1915, na Alemanha, sendo nesta década, o grande centro da mobilização ecológica, coincidindo com a ascensão do nazismo (BRAMWELL, 1985 *apud* ALMINO, 1993).

Nesta fase, o ecologismo se relacionava aos movimentos sociais em favor da vida rural e da natureza, criticando o progresso, o mundo industrial e o artificialismo da tecnologia

moderna, que exploram de forma insensível a natureza. Esta busca pelas origens puras do espírito nacional reforça a tendência de nazismo de recusar tanto o capitalismo como o socialismo.

O nazismo possibilitou que o ecologismo se apresentasse como ideologia de Estado, alçando políticas para manter o pequeno agricultor em sua terra e promover a autarquia das regiões rurais, bem como políticas destinadas à plantação de árvores, à criação de reservas naturais, ao apoio da agricultura biodinâmica e à ruralização da Alemanha com base na ideia de que o mundo industrial não era sustentável.

No início da década de oitenta, Cornelius Castoriadis e Daniel Cohn Bendit, denunciavam em seu livro *“De l’écologie à l’autonomie”* a existência de nazistas no movimento ecológico alemão. Segundo os autores, esses grupos acreditavam que a solução dos problemas ecológicos se daria por meio de uma ditadura mundial, uma sociedade hierárquica onde uma categoria de pessoas detém o poder e decidem tudo para os demais. É importante destacar que não existe relação causal ou vinculação entre ecologismo e nazismo. Inclusive, existiram na mesma época, em outros países europeus, expressões do ecologismo desvinculadas ao nazismo, embora menos expressivas e marcantes.

### 3.3.3. *Ecologismo pós-68*

A partir de 1968, o ecologismo se torna mais definido em seu curso político e passa então, a contribuir para a consolidação de ideais políticos da modernidade. Insere-se, desta maneira, na permanente revolução democrática de reforço dos mecanismos de representatividade política e de ampliação dos direitos humanos.

Esse novo ecologismo não busca estar acima da política ou contra ela, assim como seus antecedentes nazistas, mas sim busca se inserir dentro do espectro político estabelecido. Salienta-se, que o ecologismo crítica no desenvolvimento, o crescimento econômico, não o nível de cultura, educação ou bem estar social, mas sim o desenvolvimento fundamentado no conflito com a natureza, e não objetivando a preservação da qualidade ambiental. De acordo com esta corrente política, para que o desenvolvimento seja sustentável não é suficiente que ele seja apenas ecologicamente sustentável, mas faz-se necessário acrescentar as dimensões sociais, econômicas e políticas da sustentabilidade do desenvolvimento.

O ecologismo enquanto corrente política é composto tanto por cientistas que estudam os equilíbrios biológicos e naturais, quanto por ideólogos e militantes que são ao mesmo

tempo movimento político, social e corrente de ideias. Seus princípios se estruturam como uma crítica ao modo de produção industrial e às próprias técnicas modernas, e sua contestação está baseada em quatro temas principais: a sobrevivência da humanidade em escala planetária; a crítica à economia e ao fetichismo das forças produtivas; a crítica às ferramentas e ao modo de produção industrial e a crítica ao Estado e à heteronomia política. (DUPUY, 1980 *apud* TILIO NETO, 2010).

Joan Martínez Alier (1992) distingue em sua obra, três correntes principais do ecologismo. O culto à vida silvestre, que consiste na defesa da parte da natureza que permanece intocada. Essa corrente não ataca o crescimento econômico em si, mas se posiciona contra os interesses materiais que utilizam a natureza como um meio para atingir objetivos externos a ela.

O evangelho da ecoeficiência, essa corrente se preocupa em ter uma visão da economia em sua totalidade e centra-se na ideia de eficiência técnica. Nela, o valor que se confere à natureza é como recurso natural, capital natural ou serviços ambientais. A ecoeficiência analisa como a natureza pode afetar a economia e busca encontrar caminhos para garantir que a economia consiga aproveitar a natureza da melhor forma possível.

Por último, mas tendo destaque especial, têm-se o ecologismo dos pobres, cuja corrente analisa os impactos do crescimento econômico sobre o planeta, especialmente com relação ao deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte de resíduos. Além disso, entende as pressões sobre o meio ambiente como um elemento que tem servido para impulsionar um crescimento econômico desigual e assimétrico ao longo da história.

O nome ecologismo dos pobres foi sugerido inicialmente em 1988 pelo historiador peruano Alberto Flores Galindo, mas foi o espanhol Joan Martinez Alier que o popularizou. Esta expressão refere-se a uma ótica sobre o meio ambiente desenvolvida a partir dos países pobres, e também ao modo como as populações marginalizadas mantêm, muitas vezes, relações sustentáveis com a natureza a partir da compreensão de sua imprescindibilidade na subsistência das sociedades.

Alier (1992) aponta ainda o conceito de intercâmbio ecologicamente desigual, que trata da relação entre os países do Norte e os países do Sul, cuja linha do Equador atua como uma barreira geográfica para a desigualdade social, econômica e cultural. Nesta perspectiva, os países do Sul seriam aqueles em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos, exportadores de recursos e historicamente explorados pelos países do Norte, sendo forçadamente, portadores da dívida externa, o que faz com que suas mercadorias sejam exportadas à preços baixíssimos,

refletindo na pressão sobre os recursos naturais cujo restabelecimento funciona por meio do tempo geológico, o que ocasiona no esgotamento de tais recursos, tanto para exportação mas principalmente para o consumo destas populações.

Estas regiões atuam ainda como áreas de aproveitamento e descarte dos resíduos produzidos no Norte, sendo estes, os países desenvolvidos, historicamente exploradores e dependentes dos recursos extraídos do Sul. São ainda historicamente portadores da dívida ambiental e social, diretamente responsáveis pelo subdesenvolvimento dos países abaixo da linha do Equador, entendidos, no contexto histórico, como áreas de exploração, tanto de recursos naturais, conhecimentos ancestrais e mão de obra barata e em sua maioria escravizada.

Estes países, localizados acima da linha do Equador, fazem uso em abundância dos recursos extraídos do Sul, respeitando as exigências do tempo industrial, o qual possui uma demanda muito além da qual o tempo ecológico de desenvolvimento da natureza pode acompanhar e produzir. Estes países, os do Norte, produzem resíduos em massa, muitos dos quais são descartados nas regiões do Sul. É a esta relação que Alier (1992) chama de intercâmbio ecologicamente desigual.

É importante destacar que esta corrente, o ecologismo dos pobres, não equivale à sacralização da natureza, pois se refere à interesses materiais tangíveis, neste caso, a manutenção sustentável da subsistência humana. Esta ecologia da sobrevivência torna as sociedades pobres conscientes da necessidade de conservar os recursos naturais. Ainda conforme Alier (*op. cit.*), é a pressão das exportações, e não a pressão populacional, a principal causadora da espoliação da natureza.

De acordo com o autor acima citado (1992), um intercâmbio ecologicamente justo implicaria que os importadores pagassem preços mais altos pelos produtos ambientais que recebem. Apenas desta maneira, estes exportadores, as regiões do Sul, poderiam oferecer produtos elaborados segundo processos sustentáveis dos pontos de vista ecológico e social. Este ajuste de contas é um dos pontos centrais da corrente do ecologismo dos pobres, entretanto, Alier (*op. cit.*) aponta que o problema principal neste ajuste de contas é a falta de poder, tanto econômico, como ecológico, como ideológico, dentre outros, dos países do Sul, na hora de assumir seu papel enquanto credores ecológicos.

Por fim, mas não menos importante, o referido autor aponta que a pobreza é apenas uma causa da degradação ambiental. Sendo a riqueza, a principal causa da degradação ambiental em decorrência de seu consumo exacerbado e produção de resíduos em grande

escala.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que o desenvolvimento de estratégias para identificar a origem das doenças tem uma correlação importante com a forma de ocupação e uso dos ambientes, sendo para os estudos da saúde e de enfermidades fundamental entender como as dinâmicas geoambientais (interação clima, solo e ar) influenciam e são influenciadas pela vida em sociedade, inclusive, promovendo ou não a saúde.

Pensar a saúde pública é entender as mudanças provocadas por um modo de vida urbano-industrial onde as cidades atraem cada vez mais habitantes, concentrando atividades diversas. O deslocamento de milhares de pessoas para as cidades desde a primeira Revolução Industrial à contemporaneidade continua a demonstrar o poder de atração dos centros urbanos que condensam muitos problemas de saúde pública.

O acúmulo de pessoas nas cidades e a falta de infraestruturas adequadas para a manutenção da higiene urbana gera problemáticas ambientais diversas capazes de provocar a disseminação de uma variedade de enfermidades. O ar, o solo e a água contêm uma infinidade de microorganismos que diante de desequilíbrios ecológicos podem difundir um arsenal de doenças.

As cidades, no sentido de produção de doenças, são tidas como um organismo que pode ser medicalizado, tratado com intervenções sanitárias para que se possa oferecer uma vida com mais saúde para os que nelas vivem. A reunião de milhares de pessoas em uma cidade produz uma quantidade significativa de dejetos que devem ter um destino adequado, todavia, em muitas localidades não há a disponibilidade de saneamento básico para o tratamento de esgotos o que desencadeia uma série de prejuízos à saúde e aos ambientes.

Percebeu-se que ambiente e saúde estão intrinsecamente associados. Ambientes insalubres conduzem à proliferação de patógenos engendrando uma cadeia promissora de geração de doenças. Nesse sentido, a saúde dos ambientes é fundamental para se ter uma vida digna, saudável, para tanto é essencial a implementação de políticas sanitárias de adequação dos ambientes aos processos de expansão da ocupação dos espaços geográficos.

Verificou-se que o higienismo e o sanitarismo foram utilizados como discurso para promover a expulsão de comunidades “indesejadas” dos centros urbanos, fortalecendo e ampliando a segregação socioespacial. A criminalização da pobreza impõe às populações

pauperizadas características contrárias à higiene relacionadas, principalmente, com o lugar de moradia.

Os planejamentos e reformas urbanas são historicamente realizados com as práticas higienistas e intervenções sanitaristas que acabam desencadeando remoções das populações mais vulnerabilizadas, em geral, para as áreas periféricas das cidades, distante dos locais de trabalho e de serviços como escolas, hospitais e postos de saúde.

A adequação da cidade a um modelo sanitário em prol da saúde pública deve levar em conta nos projetos de arquitetura, urbanismo e engenharias, principalmente, as pessoas afetadas pelas reformas urbanas, amenizando a heteronomia e não a ampliando. Em um momento de crise ambiental global que conduz as sociedades para um colapso ecológico já em curso os desafios são enormes.

O modo capitalista de produção da vida impõe ao planeta e seus habitantes catástrofes ecológicas-ambientais que são decisivas para a saúde, configurando um cenário cada vez mais caótico e perturbador que impacta com maior vigor as classes sociais mais pauperizadas. Seguindo esta lógica, o Ecologismo busca apresentar a perspectiva das populações menos favorecidas no contexto da saúde social e ambiental. Sendo estas últimas sempre objeto de culpa e responsabilidade pela poluição e males ambientais, esta teoria aponta justamente o contrário, onde os grandes possuidores do capital são os principais responsáveis pelas mazelas sociais e ambientais ao longo da história da humanidade.

## Referências

ALIER, J. M. **El ecologismo de los pobres**. In: Revista WANI, n. 125, abril 1992 (p. 42 a 50). Publicación mensual de la Universidad Centroamericana (UCA) de Manágua, Nicaragua. Traduzido por Francisco Mendonça, professor adjunto do Departamento de Geografia – UFPR.

ALMINO, J.: **Naturezas mortas: A filosofia política do ecologismo**. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 1993.

ALVES, L. R. **A dicotomia do Princípio da Integralidade do SUS**. Revista Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário. 2017 jan./mar, 6(1):153-166.

BECHARA, Evanildo. **Dicionário de Língua Portuguesa**. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 2011.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2018. *E-book*. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/Pesquisa\\_em\\_ci%C3%A9ncias\\_humanas\\_e\\_sociais](https://www.google.com.br/books/edition/Pesquisa_em_ci%C3%A9ncias_humanas_e_sociais)

s/OXdZDwAAQBAJ?hl=ptBR&gbpv=1&dq=%22+Pesquisa%22+%22+Conceito%22&printsec=frontcover . Acesso em: 09 maio 2025.

COSTA, M. C. L.: **O discurso higienista e a ordem urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

ESCOBAR, Arturo. Planejamento. In. W. Sachs. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay, Jaime A. Clasen. Ed. Vozes, 2000.

FLEURY, S.: **Reforma sanitária brasileira**: dilemas entre o instituinte e o instituído. Ciência e Saúde Coletiva, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro-RJ, v. 14, n. 03, p. 743-752, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GARCÍA, D. M.; GERGARDT, T. E.: Salud colectiva: habitando un lugar en la academia. Em JARA, C. M., **Salud Colectiva Desde El Sur**, p. 202. Santiago, Chile: Universidade De Los Lagos, p. 35-63, 2020.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**: 87% da população brasileira vive em áreas urbanas. Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41901-censo-2022-87-da-populacao-brasileira-vive-em-areas-urbanas#:~:text=Segundo%20o%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202022,%25\)%20estavam%20em%20%C3%A1reas%20rurais](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41901-censo-2022-87-da-populacao-brasileira-vive-em-areas-urbanas#:~:text=Segundo%20o%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202022,%25)%20estavam%20em%20%C3%A1reas%20rurais)> Acesso em 28/11/2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**: rede de esgoto alcança 62,5% da população, mas desigualdades regionais e por cor e raça persistem. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39237-censo-2022-rede-de-esgoto-alcanca-62-5-da-populacao-mas-desigualdades-regionais-e-por-cor-e-raca-persistem> Acesso em 28/11/2024.

JATOBÁ, S. U. S; CIDADE, L. C. F; VARGAS, G. M. **Ecologismo, ambientalismo e ecologia política**: diferentes visões da sustentabilidade e do território. Sociedade e Estado. Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MIRANDA, S. V. (2013). **Atuação dos Profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) Frente às Principais Parasitoses Intestinais**. 14-15. Corinto, Minas Gerais, Brasil: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG.

PAIVA, C. H. A.: **Samuel Pessoa**: uma trajetória científica no contexto do sanitarismo campanhista e desenvolvimentista no Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de

Janeiro, v. 13, n. 4, p. 795-831, out.-dez. 2006.

PAIVA, C. H. A.; TEIXEIRA, L. A.: **Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde**: notas sobre contextos e autores. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.1, jan.-mar. 2014, p.15-35.

TILIO NETO, P. D. **Ecopolítica das mudanças climáticas**: O IPCC e o ecologismo dos pobres [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Uma abordagem política sobre o meio ambiente, p. 3-36.